



A intimidade das ruas: fotografia e fronteiras do trauma urbano

The intimacy of the streets: photography and borders of urban trauma

Luis Artur Costa

ORCID: 0000-0001-6110-7512
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Daniela Mendes Cidade

ORCID: 0000-0003-3749-5812
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Simone Mainieri Paulon

ORCID: 0000-0002-0387-1595
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Moises Romanini

ORCID: 0000-0003-3288-4763
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Diogo Vaz da Silva Júnior

ORCID: 0000-0003-2835-3740

Guido Norberto Buch Ruschel

ORCID: 0000-0003-1822-2026
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Resumo

Neste artigo, objetivamos visibilizar e tensionar alguns elementos desta complexa máquina-cidade, focando nos modos pelos quais as cidades constituem e desconstituem suas fronteiras entre diferenças. Com uma perspectiva cartográfica e um desenho metodológico de pesquisa-intervenção, propomos pensar a cidade a partir da fotografia nos seus modos de produção de conhecimento-práticas. Através da realização de oficinas de produção de conversas, mapas inventivos, foto-ensaios e foto-poemas acerca das memórias e afetos que atravessam a população de rua, tomamos o exercício fotográfico como uma possibilidade de experimentação crítica acerca da vida nas cidades com todas as suas contradições, contrastes sociais, exclusões e desigualdades.

Palavras-chave

Pessoas em Situação de Rua. Fotografia. Cidade. Fronteiras Urbanas. Processos de Subjetivação.

Abstract

In this article, we aim to make visible and tension some elements of this complex machine-city, focusing on the ways in which cities constitute and deconstruct their borders between differences. With a cartographic perspective and a methodological design of research-intervention, we propose to think of the city from photography in their ways of producing knowledge-practices. By conducting conversation production workshops, inventive maps, photo essays and photo poems about the memories and affections that cross the street population, we take the photographic exercise as a possibility for critical experimentation about life in cities with all its contradictions, social contrasts, exclusions and inequalities.

Key-words

Homeless Persons. Photograph. City. Urban Boundaries. Subjectivation Processes.

PORTO ARTE



Revista de Artes Visuais

v.26 n.45
Jan/Jun 2021
e-ISSN: 2179-8001

As fronteiras urbanas como traumas da cidade contra a intimidade das ruas

Ainda que pensemos muitas vezes o trauma enquanto instância reprimida e, portanto, escondida do nosso olhar, as marcas erigidas por tais feridas são extremamente visíveis ainda que ocasionalmente não vistas. No entanto, tal não-ver ou não-dizer, não referem necessariamente um gesto repressivo que esconde e ludibria a realidade de nós. A negação da violência presente do trauma se faz invisível também pelo muito ver (Foucault, 1990), ou seja, pela banalização que naturaliza tal violência traumática e já mal distingue suas feridas nas paisagens das cidades. Podemos afirmar, portanto, que sempre vivemos um “novo normal”, ainda que usualmente não percebido, pois convivemos com ele como se sempre estivera ali. No entanto, a poética da escrita e da fotografia podem nos auxiliar a tornarmo-nos sensíveis para o visível que já não vemos por tanto ver (Peixoto, 1992; Foucault, 1990).

A ordem do trauma das violências extremas que constituíram e constituem nossas cidades são banalizadas em nossa convivência com o medo, com as grades, muros, câmeras de segurança e outras estratégias de incremento da cisão entre a rua e a casa. Esta banalização que naturaliza a presença da violência feita ferro e concreto atinge mesmo quem viveu em tempos de cidades menos muradas e pôde acompanhar a epidemia de grades a brotarem e se espalharem por calçadas, fachadas, janelas, pátios e sacadas, envolvendo prédios e casas, mas também câmeras, registros d'água, interfones, iluminação urbana, etc. Neste território comum das cidades, neste plano do coabitar, vemos violentos golpes racharem o solo compartilhado pela delimitação de espaços muito bem fechados onde podemos exercitar pronomes possessivos singulares ou coletivos, mas sempre exclusivos e excludentes em sua ação de erigir fronteiras entre o meu e o de ninguém. As marcas dessa violência se fazem ver nas cidades moderno-coloniais pela onipresença de grades, muros, policiais públicos e privados, além de muitas outras mais formas de segmentar tais espaços.

A estas ruas às quais grande parte da população usualmente evita, a população de rua habita: não passam por elas com passos apressados tentando diminuir a possibilidade e intensidade de relações com as ruas, muito antes pelo contrário, levados até estas por conta das ferozes desigualdades de nossas cidades, estas pessoas fazem casa, trabalho e amizade nestes espaços públicos, constituindo uma complexa e intensa trama de relações a qual chamaremos aqui de “intimidade”. Tal subversão das normas de (des)habitar às ruas próprias das cidades moderno-coloniais latino-americanas operada pela constituição de uma intimidade (complexidade e intensidade de relações) com o público, faz desta população as pessoas mais capazes de elaborar análises acerca deste trauma agressivo que instaura e repete tais brutas fronteiras no espaço comum das cidades, afinal, elas e eles vivem constantemente a face de extrema violência dos gestos que circunscrevem o privado contra o público. O trauma de tal constituição cindida que erige as cidades moderno-coloniais mora no esquecimento nebuloso dos moradores de apartamentos, mas faz-se sempre terrivelmente nítida para quem também habita nas ruas. Para estas e estes, não existe o privilégio de não ver, de naturalizar e banalizar tais fronteiras violentas.

PORTO ARTE



Revista de Artes Visuais

v.26 n.45
Jan/Jun 2021
e-ISSN: 2179-8001

Nunca tais fronteiras sustentadas pelo medo e pelo privilégio foram tão altas e brutas quanto nestes nossos tempos de pandemia. Mas não nos equivoquemos, tais violências já estavam ali, a constituição traumática das fronteiras do isolamento social e do medo pungente dos que são vistos como “outros” (Kilomba, 2019) não são uma novidade para grande parte da população. Desde a constituição das cidades coloniais e moderno-coloniais, a ação da sua circunscrição se deu pela extrema violência em erguer fronteiras e eliminar convivências. As fotos-ensaios destes fotógrafos da rua nos permitem deslocar o regime de visibilidade urbano moderno-colonial para fazer ver e deslocar tais formas de construir o viver juntos de nossas tão violentas cidades. Apostamos, então, na possibilidade de que as análises efetuadas pelos fotos-ensaios da população de rua funcionem como intervenção clínico-política de problematização sobre as formas como temos erigido as fronteiras de nossos cotidianos urbanos. As fotografias são aqui a constituição de um discurso analítico e poético da população de rua a partir de uma expressividade imagética que tensiona e desloca nossos regimes de visibilidade em um exercício de desassossego: os corpos (em sua intimidade com as ruas subvertendo as normas da cidade moderno-colonial) portando máquinas fotográficas e o gesto fotográfico agenciando cidade, máquina e corpo constituem a possibilidade de dispersão e contágio-escuta deste trauma constituinte de nossas formas moderno-coloniais de ser e habitar, retirando-nos do estado de negação pela naturalização destas muitas violências que sustentam as fronteiras entre o público e o privado em nossas cidades. Nosso texto busca se articular com o discurso imagético das fotos-ensaios para desdobrar e ressoar muitas das suas potências clínico-políticas.

Cidade, fotografia e subjetivação: máquinas concretas-abstratas na produção dos modos de ser

As cidades não são apenas o cenário no qual nossas vidas se passam. Tampouco são meras expressões de nossa alma, intelecto ou identidade, individuais ou coletivas. Do mesmo modo seria uma simplificação eticamente perigosa colocar as cidades como determinantes dos nossos modos de vida, de experimentar, pensar, etc. No entanto, é evidente que nossas cidades são mais do que cenários, pois participam da constituição de nossos modos de ser, fazer, pensar, sentir, mas sem serem determinantes causais de tais. Muito antes, as cidades são condicionalidades que nos co-engendram a cada momento em uma série de agenciamentos mutuamente regulados: nossos modos de relação produzem as cidades, e essas produzem nossos modos de relação e vice-versa, em um paradoxo sem início ou fim. As modulações do pensar, fazer e sentir são condições de possibilidade para a conformação das nossas cidades e estas, por sua vez, são condição de possibilidade para nossos modos de pensar, fazer e sentir.

A fotografia, como instrumento de pensar, fazer e sentir, conforme Tisseron (1996), não se caracteriza apenas como imagem, reflexo do mundo, assim como a câmera fotográfica é bem mais que uma prótese do olhar. Tudo o que envolve o fotógrafo e a câmera no ato fotográfico produz operações que podem nos fazer pensar a fotografia como prática e uma forma de assimilação psíquica do mundo, da cidade e das formas de subje-

PORTO ARTE



Revista de Artes Visuais

v.26 n.45
Jan/Jun 2021
e-ISSN: 2179-8001

tivação. A fotografia pode ser uma forma de lutar contra um trauma, tanto por via das imagens como pela sua prática em si, o ato de fotografar? Toda a imagem é testemunha de um estado mental e afetivo face ao visível tanto quanto ao enquadramento de uma porção de espaço e de tempo. Alguma coisa é considerada traumática quando não é possível ser “metabolizada” sob a forma de uma elaboração psíquica, ou seja, simbolizada.

Cidades, assim como a fotografia, portanto, não são “externas” a nós mesmos e tampouco são meras expressões de nossos “interiores”: elas evidenciam exatamente a natureza imanente da dobra que dissolve a rígida fronteira aparente entre interior e exterior marcada por nossa epiderme (Deleuze; Guattari, 1996). A cidade é parte de uma trama ilimitada de acoplamentos entre máquinas de subjetivação (Deleuze; Guattari, 1976; 1998; 1997), fazendo dela mesma e seus cotidianos dispositivos-máquinas que afirmam regimes do visível, pensável, sensível, performável, dizível, etc. Falamos aqui de cidades-máquinas posto que as máquinas de subjetivação são arranjos complexos em devir de heterogeneidades articuladas na produção de desejos, modos de vida, regimes de aceitabilidade, modos de subjetivação. Assim, por exemplo, no caso das lógicas neoliberais, corpos humanos em cotidianos e discursos, livros, documentos jurídicos, especulações do mercado financeiro, modos de divisão-distribuição de cômodos, taxações de impostos, asfalto e concreto armado em autopistas, cada um, ao seu modo, dá corpo a uma complexa máquina na persistência-variação de lógicas privatistas, individualistas que reafirmam, de modo sempre distinto, a presença de estilísticas neoliberais nas tramas das nossas formas de viver juntos, também constituídas por ilimitadas outras lógicas. Alguns exemplos seriam as necropolíticas (Mbembe, 2016), o racismo (Gonzales, 1984), as misogínias patriarcais e as múltiplas formas de resistências a tais modos hegemônicos de habitar, trabalhar, circular, amar, comer, rezar, comprar, matar, etc.

O presente artigo tem como principal objetivo visibilizar-tensionar alguns elementos desta complexa máquina-cidade focando nos modos pelos quais tais urbes (des) constituem suas fronteiras entre diferenças. Levando em consideração que as cidades-máquinas são conjuntos heterogêneos de práticas diversas (objetos, construções, leis, mercado, concepções, afetos, etc.), temos sempre muitas cidades em cada cidade: não apenas existem muitas cidades no espaço de um município, de um bairro, de uma rua, como também as cidades do mundo se atravessam-articulam umas às outras em diferentes arranjos de influências, contágios, oposições, etc. Deste modo, propomos pensar a cidade a partir da fotografia nos seus modos de produção de conhecimento-práticas, que acaba atravessada pelos modos de pensar, fazer, sentir, etc. em co-emergência sujeito-mundo, naquilo que emerge da relação, do entre suas alegrias e dores.

E é exatamente nesta complexa e intensa heterogeneidade das diferentes formas de (des)articular nossos coletivos, que assumimos princípios cartográficos (Rolnik, 2011; Passos; Kastrup; Escóssia, 2009; Fonseca; Kirst, 2003) nas andanças urbanas, acompanhando as performances no cotidiano dos fotógrafos da rua, sempre singulares de diferentes grupos (auto)definidos a partir do seu agenciamento com algum elemento, característica, evento, etc. que modula as performances na cidade: modos de morar, modos de circular, modos de viver juntos, modos de sentir, mostrar, ou mesmo esconder e sofrer. Buscamos promover visibilidades críticas acerca dos nossos próprios

PORTO ARTE



Revista de Artes Visuais

v.26 n.45
Jan/Jun 2021
e-ISSN: 2179-8001

modos hegemônicos de produzir e dissolver fronteiras entre as diferenças no urbano, a partir do andar junto com esse grupo de fotógrafos durante as suas performances fotográficas sobre os modos pelos quais esse grupo está a delimitar seus modos de viver junto e como estes produzem porosidades nestas linhas limítrofes.

Para tecermos o campo problemático deste artigo, que coloca em questão nossas fronteiras entre o público e o privado, entre o pessoal-intimo e o impessoal-superficial, teremos como protagonistas a população de rua, pessoas sem domicílio com determinada atuação política no seu segmento social.

A população de rua marca a emergência de um movimento social a partir da condição das pessoas em situação de rua, mas lhe ultrapassa em muito, articulando uma série de pautas referentes ao direito à cidade: tanto o direito à habitação quanto o direito de habitar às ruas. Ambos os termos/coletivos se sobrepõem muitas vezes, mas nem sempre alguém identificado como população de rua se encontra naquele momento em situação de rua, assim como não necessariamente uma pessoa em situação de rua congrega algum movimento social organizado da população de rua. Por outro lado, tanto a população de rua quanto as pessoas em situação de rua circulam entre espaços privados e públicos para moradia não necessariamente em decorrência da ausência de um “teto” para se abrigar, posto que são diversos os condicionantes de tal situação, ainda que o déficit habitacional e a vulnerabilidade social sejam, evidentemente, os mais presentes.

Quando utilizamos o termo “fotógrafos da rua” ao longo do texto, nos referimos ao coletivo heterogêneo que participou das oficinas de fotografia, a qual é frequentada, tanto por pessoas do movimento social da população de rua, quanto por pessoas em situação de rua ou ambos. Há de se ressaltar que por “população de rua” não referimos um conjunto de pessoas, tipologia urbana ou representação social de uma população, mas sim um conjunto de práticas, de modos de habitar o urbano, de difícil delimitação nítida já que são tramas difusas de formas de perspectivar o urbano. Práticas essas que se apresentam na ação dos fotógrafos da rua.

A questão do rompimento das fronteiras usuais entre público-privado e íntimo-impessoal nos espaços coletivos das cidades é o principal eixo a constituir nosso campo problemático no presente artigo, sendo relevantes as contribuições das práticas fotográficas críticas dos fotógrafos da rua. Diversos autores identificam um esvaziamento da função de socialização dos espaços públicos, entendendo que estes são cada vez mais substituídos por espaços privados e semi-privados para a convivência, por serem considerados espaços-passageiro perigosos nos quais as altas velocidades, grades, insulfilm, blindagens e afins garantem mais segurança (Costa, 2007; Bauman, 2001; Sennett, 1997; Virilio, 1995). Entretanto, essas discussões sobre os espaços públicos usualmente não levam em consideração o atravessamento dos marcadores de raça, classe, sexualidade e gênero, que podem deslocar significativamente os modos de habitar o urbano. Muitas das praças e espaços públicos, alvos de políticas de revitalização, por exemplo, são habitados por camadas populares da sociedade estigmatizadas por esses atravessadores. Moradores de rua, assim como a prostituição na rua, são alvos preferenciais de tais práticas de estigmatização presentes em inúmeros casos de

PORTO ARTE



Revista de Artes Visuais

v.26 n.45
Jan/Jun 2021
e-ISSN: 2179-8001

revitalização das cidades nos quais há uma remoção da comunidade do local por meio da maior circulação de capital e polícia/segurança (Costa, 2007; Fonseca; Costa, 2016). Assim, vemos, no diagnóstico do esvaziamento das ruas de suas potências dos encontros, um saber situado em certos segmentos da sociedade que constituem às cidades desde uma perspectiva que invisibiliza a assembleia de corpos e gestos diversos que se formam e ocupam com suas potências aquilo que é visto e chamado de “abandono” por aqueles que imprimem um passo rápido na rua vista como passagem.

Cartografando-tensionando as fronteiras da cidade-máquina: as caras e os olhares das ruas

Esta questão do deslocamento de uma compreensão dos espaços públicos como espaços-passageira para um espaço de intimidade e convivência a partir dos modos de performar nossas cidades nos cotidianos dos fotógrafos da rua, é apenas um exemplo das contribuições trazidas pela população de rua para a reflexão crítica acerca dos modos de (des)constituir fronteiras nos cotidianos urbanos. Por meio de oficinas de fotografias com a população de rua, eles se tornaram mais nitidamente artistas-pesquisadores das ruas aos nossos olhos, co-produzindo a pesquisa em conjunto com discentes e docentes. Seguindo uma ética do “pesquisar-com” (Moraes, 2010) desde uma perspectiva cartográfica (Rolnik, 2011; Fonseca; Kirst, 2003; Passos; Kastrup; Escóssia, 2009), em um desenho metodológico de pesquisa-intervenção (Paulon; Romagnoli, 2010; Lourau, 2007), o projeto de pesquisa “Experiências Urbanas e Produção do Comum” articulou-se com o projeto de extensão “A cara da rua” para implementar oficinas nas quais a população de rua buscou pensar sua relação com a cidade em uma reflexão memorialística acerca dos seus “espaços afetivos” da cidade de Porto Alegre, por meio de conversas, desenho de mapas inventivos e saídas de campo para fotografar tais espaços.

A perspectiva cartográfica (Rolnik, 2011; Fonseca; Kirst, 2003; Passos; Kastrup; Escóssia, 2009) é aqui afirmada como perspectiva onto-epistêmica-ético-estética que parte de um plano de imanência (tomado como pressuposto teórico da ausência de hierarquias ontológicas e epistêmicas transcendentais) rizomático (trama de relações em constante devir) pleno de agenciamentos-singularidades em múltiplas composições. A pesquisa, nesta perspectiva, compreende efetuar certo percurso pelo rizoma acompanhando seus fluxos, sabendo-se que tal trajeto por si só já transforma as relações no rizoma a partir das suas próprias ações, co-engenrando sujeito e objeto de pesquisa nesta caminhada sempre parcial (pois sempre falamos desde certo lugar-posição, mesmo que este esteja sempre em variação) e fragmentar (posto que o rizoma é ilimitado em variações possíveis deste percurso). Assim, quando assume-se certo recorte, este é antes um ponto de partida das experimentações, da aventura pela trama que comporá nosso conjunto de questões. Do mesmo modo, quando se assume a delimitação de um certo objeto, este é tão pesquisador quanto o pesquisador é objeto da própria pesquisa. Não há como produzir conhecimento em uma perspectiva cartográfica sem um ensejo à implicação-contágio com o campo de pesquisa, assim como não há como considerar a

PORTO ARTE



Revista de Artes Visuais

v.26 n.45
Jan/Jun 2021
e-ISSN: 2179-8001

própria construção de tal campo de pesquisa como objeto necessário de análise para compreender-se os processos de produção de conhecimento implicados no co-engendramento de pesquisadores-pesquisados e pesquisados-pesquisadores.

A ética do “pesquisar com” (Moraes, 2010) se coaduna exatamente com este aspecto ético-epistêmico ressaltado agora: a pesquisa não é aqui a produção de uma representação do mundo a partir de uma posição privilegiada (neutra, universal, objetiva) do cientista, mas sim um modo possível de articulação entre diferentes sujeitos em um processo de colaboração na produção do conhecimento. Por um lado, os pesquisadores são constantemente pesquisados a partir de um processo de análise de implicação (Paulon, 2005; Monceau, 2008), de posicionamento do saber (Haraway, 1995), de crítica dos próprios instrumentos da crítica (Foucault, 1990), inclusive com questões, hipóteses e interpretações efetuadas por aqueles que seriam pretensamente objetos do estudo. Por outro lado, os sujeitos pesquisados tornam-se pesquisadores (são reconhecidos como, posto que já produziam conhecimento antes do contato com a pesquisa) ao se debruçarem sobre o tema da população de rua e seus modos de habitar o urbano. O que eles nos apresentam durante conversas, ensaios fotográficos e confecção de mapas não é apenas um ato de informar dados “brutos” ou opiniões que serão sistematizados, refletidos e alçados ao patamar de conhecimento pelos pesquisadores da universidade: trata-se de um sofisticado processo de produção de conhecimento por meio de ferramentas analíticas erigidas nos próprios cotidianos a serem analisados. Como muitas vezes disse um dos antigos frequentadores do grupo: “sou doutor em Rualogia”. Há de se reconhecer, portanto, de partida, que a produção fotográfica dos participantes se constitui aqui como problematização-análise acerca da cidade e seus modos desde os saberes da Rualogia, sendo o trabalho deste artigo uma espécie de síntese e meta-análise da análise já executada pelo discurso fotográfico.

A perspectiva cartográfica e a ética do pesquisar-com se articulam neste estudo com estratégias metodológicas oriundas da tradição da pesquisa-intervenção (Paulon; Romagnoli, 2010; Lourau, 2007), como forma de potencializar a agência de todos na constituição dos procedimentos de pesquisa, produzindo porosidades na cisão hierárquica entre planejadores-executores e alvos-objetos tão comum na ciência. Evidentemente toda pesquisa é, por si só, uma intervenção, mesmo a mera presença dos pesquisadores em um contexto no qual não estavam presentes deste modo antes é um deslocamento do arranjo de relações existentes. A pesquisa-intervenção propõe que tal caráter interventivo seja tomado não como barreira, empecilho ou defeito, mas como elemento imanente ao pesquisar que pode ser utilizado para potencializar os processos de produção do conhecimento: “transformar para conhecer” é a máxima presente nesta perspectiva que intervém sobre um contexto para ensejar um processo analítico no mesmo (Rodrigues, 2000; Paulon, 2009). A pesquisa-intervenção constitui alguns passos além da clássica pesquisa-ação de Kurt Lewin: enquanto nesta última os ciclos sucessivos de diagnóstico, intervenção, novo diagnóstico e nova intervenção estavam sob completo controle dos cientistas (planejamento e execução), a proposta na pesquisa-intervenção é que tais processos sejam compartilhados do modo mais horizontal possível.

PORTO ARTE



Revista de Artes Visuais

v.26 n.45
Jan/Jun 2021
e-ISSN: 2179-8001

No caso da presente pesquisa, a prática de reapropriação-deslocamento dos cotidianos urbanos para a promoção de tensionamentos-deslocamentos críticos foi uma oficina de produção de conversas, mapas inventivos, foto-ensaios e foto-poemas acerca das memórias e afetos com relação à cidade de Porto Alegre que atravessam a população de rua. Para tanto, a pesquisa “Experiências Urbanas e Produção do Comum” se articulou com a extensão universitária. O projeto de extensão “A cara da Rua” tem como proposta o oferecimento de oficinas de fotografia para pessoas em situação de rua. Um dos objetivos desse projeto é a geração de renda a partir da venda de cartões postais vendidos pelos próprios autores das imagens realizadas durante as andanças urbanas. As oficinas do projeto costumavam focar bastante em temas bem delimitados e, muitas vezes, em questões plásticas do motivo a ser fotografado: a série “Reflexos” (2017), por exemplo, focava em fotografias de superfícies reflexivas, enquanto a série “Trabalhadores da Rua” (2016) focava em pessoas que trabalham pelas calçadas do centro de Porto Alegre.

Com a articulação do projeto de extensão com o de pesquisa, houve um deslocamento-abertura para uma proposta menos delimitada, promovendo um jogo de conversas maior com os participantes para delimitar tal campo a ser investigado pela fotografia: memórias e afetos com a cidade. Ao propor uma exploração do campo afetivo da população de rua em suas articulações com as vivências na cidade, pensamos que tal abertura seria rica em compor singularidades e promover diferenças para pensar sobre os diferentes modos de viver juntos e suas diferentes formas de erigir-dissolver fronteiras. Procuramos abrir as possibilidades da conversa (Deleuze; Parnet, 1998) no dispositivo coletivo (Barros, 1994), dos mapas inventivos e da fotografia ensaística, como estratégias inseridas no campo das artes e ciências humanas contemporânea como ferramenta de investigação sobre a cidade, caminho para se chegar a um outro sentido do espaço, tempo e lugar. A ação dos participantes que frequentam as oficinas de experimentação fotográfica altera a condição de moradores de rua para fotógrafos da rua. O movimento que se estabelece com o espaço em busca da imagem poética se transforma em performance, agenciando diversos elementos: corpos, coletivo, câmeras fotográficas, crachás do projeto, paisagens e (i)mobiliários urbanos. A oficina e suas saídas fotográficas pela cidade se fazem uma máquina-estranha dentro da máquina-urbana, provocando dissonâncias nesta que nos fazem ver suas entranhas que até então não nos eram estranhas, mas invisíveis pela extrema familiaridade.

Em nossa leitura que dobrou a análise fotoensaística do coletivo de artistas-pesquisadores em uma meta análise destes, pareceu-nos que, das operações perpetradas pelo dispositivo oficina, dois campos de problematização foram ressaltados: a poética dos corpos e a poética das imagens. Evidentemente há uma estreita relação entre poética e poética: os modos de produzir-se são também a afirmação de uma ética e de uma estética dos modos de ser, um ethos da foto, das ruas, do morar, do viver. Assim, não compreendemos tais dimensões como isoladas e tampouco como únicas, foram apenas duas, dentre ilimitadas questões possíveis, que emergiram dos debates durante as leituras das narrativas dos mapas inventivos, conversas e, principalmente, dos foto-ensaios. Tais produções foram exaustivamente revistas e analisadas para produzir este artigo de modo a dar conta da questão: como (des)constituímos fronteiras em nossas práticas urbanas do viver juntos?

PORTO ARTE



Revista de Artes Visuais

v.26 n.45
Jan/Jun 2021
e-ISSN: 2179-8001

Performance fotográfica como crítica dos modos de habitar: corpo em intimidades urbanas

Uma notícia publicada pelo Jornal Zero Hora (Vargas; Rocha, 2015) buscou mostrar locais com “pequenos condomínios de rua” (s/p) ainda não cadastrados pela FASC (Fundação de Assistência Social e Cidadania). Num levantamento realizado pela Rádio Gaúcha do Grupo RBS (Vargas; Rocha, 2015), foram localizados 21 pontos de concentração de moradores de rua, com alguma estrutura de abrigo erguida, apenas na região central. Conforme a reportagem, a FASC conta com 10 equipes para abordagens, não podendo retirar ninguém à força, nem fazer internações. O trabalho é aproximar-se e identificar as necessidades dos moradores. “Há um albergue de 120 lugares (para pernoite, que pode receber melhorias este ano), abrigos que totalizam pouco mais de 200 vagas (onde podem ficar por 15 dias) e duas repúblicas (moradias coletivas) que comportam, juntas, 24 pessoas” (Vargas; Rocha, 2015, s/p.). A última pesquisa realizada pela FASC et. al (2016) contabilizou 2.115 pessoas vivendo nas ruas de Porto Alegre.

Esses “pequenos condomínios de rua” retratados e fotografados pela reportagem mencionada nos faz pensar num único modo de habitar a rua: a composição de espaços privados (próximas daquilo que entendemos como ‘casa’) no espaço público. Entretanto, temos com a Política Nacional para a População em Situação de Rua e o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento (Brasil, 2009) que as pessoas que vivem nas ruas constituem grupos heterogêneos, que possuem em comum a pobreza extrema, vínculos familiares fragilizados ou rompidos, inexistência de moradia convencional regular e que utiliza os logradouros públicos como espaço de moradia e sustento.

A população de rua sofre o distanciamento ou ruptura dos vínculos familiares, das relações sociais e afetivas, mas constroem outras relações, com outras pessoas na rua, com profissionais da saúde e da assistência social, com os moradores e transeuntes da comunidade em que estão inseridos. Em um contexto social marcado por estigmas, violência e segregação, essas pessoas acabam ressignificando sua história, sua trajetória, suas relações, o seu andar na vida (Escorel, 1999; Pagot, 2012; Brasil, 2009). Compreender e acolher essa psicodinâmica da vida nas ruas é fundamental para tomarmos essas pessoas como parceiros de pesquisa, como cartógrafos das ruas e, por fim, fotógrafos da rua.

O ato de fotografar dos fotógrafos da rua se constitui em performance que coloca em questão estigmas e protocolos de uso dos espaços da cidade, dos modos de viver as/nas ruas (Figura 01). Há que se ressaltar primeiramente de que concepção de corpo falamos, para diferenciar de corporeidades substantivas ou formais em suas ideias essencializadas de corpo como matéria ou forma biológicas a serem desvendadas apenas segundo o paradigma moderno das ciências da natureza: ao falarmos de corporeidade aqui, abandonamos tais concepções essencializadas em critérios de forma e substância para acessar um corpo concebido como campo de afetações possíveis (Espinosa, 1973; Deleuze; Guattari, 1996; Rolnik, 2011; Costa, 2012).

PORTO ARTE



Revista de Artes Visuais

v.26 n.45
Jan/Jun 2021
e-ISSN: 2179-8001

A questão não é mais “o que é um corpo?”, pergunta a qual busca delimitar substantivamente a essência de uma corporeidade, muito antes nossa questão é: “o que pode um corpo?” (Espinosa, 1973). Sua definição se dá pelo campo de possibilidades deste se agenciar, por suas potências, sempre em devir, de afetar e ser afetado. Tais corpos relacionais transgridem a tradicional divisão entre sujeito e predicado, posto que não há um agente da ação que permanece impassível diante da mesma sem transformar-se. Um corpo é definido e constantemente (re)delimitado pelo que faz, sem a divisão simplista entre um agente causal e uma ação causada: corpos são composições de predicções muitas, desde as sofridas, passando pelas feitas até as possíveis.



Figura 01 - Díptico: Miudezas do chão olhando de perto. Fotografias de Marcos Soares (2018).

Falamos, então, de um corpo ciborgue (Haraway, 1995) a constituir-se nas relações que o constituem, em uma trama que aparentemente ultrapassa-lhe, mas lhe é íntima na produção de si: objetos, animais, arquiteturas, aplicativos, mídias, etc. são parte da delimitação das possibilidades do fazer e do sentir de nossos corpos. Corpos de corpos em escalas muitas: do campo atômico e celular até o planeta e as sociedades, passando por órgãos, sujeitos, identidades e muitas outras redes a compõem corpos diversos, o corpo aqui é uma certa consistência nas relações que estabelecem ritmos conjuntos a persistirem em tal modulação em um processo de repetição no qual se afirmam as diferentes singularidades de tais corporeidades (Espinosa, 1973; Nietzsche, 1999; Deleuze, 1988).



Figura 02 - Díptico: Solo e céu reticulares, intimidade e vastidão. Fotografias de Diego Macedo (2018).

PORTO ARTE



Revista de Artes Visuais

v.26 n.45
Jan/Jun 2021
e-ISSN: 2179-8001

Evidentemente o agenciamento entre pesquisadores-pesquisados e pesquisados-pesquisadores produz variação nestes corpos-coletivos no que se refere ao seu campo de possibilidades de afetarem e serem afetados: deslocamentos em seus modos de produzir o urbano. Deste modo, por exemplo, o agenciamento dos fotógrafos da rua com as máquinas fotográficas lhes transformaram-deslocaram o campo de possibilidades de afetar e de serem afetados, transformaram seus corpos, mas o fizeram a partir do campo (Figura 02).

O ato fotográfico é aqui visto a partir de uma concepção de corpo intensivo, corpo vibrátil (Rolnik, 2011), ou seja, um corpo concebido como composição e devir de um campo de possibilidades de afetar e ser afetado (Espinosa, 1973; Costa, 2012). No presente caso, a dobra que constitui tais composições das possibilidades de afetar e ser afetado se dá em uma relação de intimidade com o espaço da rua (Figura 03), uma relação de intimidade com o espaço público que desloca o regime da norma hegemônica no qual tal espaço se opõe ao privado e ao íntimo (fronteira visibilizada em frases-clichê como “lar, doce lar”, “enfim sós” e tantas outras palavras de ordem



Figura 03 - Tríptico: A casa é o chão (1). Fotografias de Marcos Soares (2018).

privatistas-familistas moderno-colonialistas).

Assim, o ato fotográfico constituinte das fotos elaboradas pela população de rua afirma-se mais nitidamente não apenas como gesto físico (no sentido mais estrito e simplista que opõe físico à mental, espiritual, ideológico, pensamento, etc.), mas também gesto expressivo que resiste à norma hegemônica colonial-burguesa e provoca tensões nos modos de habitar o urbano prescritos pelo “bom senso” (Deleuze, 1975). Conseqüentemente, faz-se evidente que aqui o artista – também (eventualmente) pes-

PORTO ARTE



Revista de Artes Visuais

v.26 n.45
Jan/Jun 2021
e-ISSN: 2179-8001

soa em situação de rua - passa a desempenhar, além do papel de agente cultural, uma força social ativa num campo de diversidades, onde se busca estabelecer experiências desviantes-tensionadoras das balizas que demarcam os valores de cidadania da cidade moderna: conforto e consumo burgueses em uma ode ao espaço privado como tempo do íntimo (Sennett, 1997).

O corpo tecido-esculpido no contato íntimo com a rua para além do privatismo, produz uma sensibilidade-pensamento que desloca o regime moderno-colonial do visível, do dizível, do fazível e do pensável: a atenção aos detalhes, às porcarias do chão nas fotografias em mergulhos que literalmente tocam o solo sem pudores e veem neste elementos de uma poiética e poética cotidiana. A intimidade com o chão no ato fotográfico também performa tal intimidade: deitar-se em meio ao movimento da cidade no plano dos pés e joelhos a mirar os céus e horizontes abertos em um contra-mergulho que parece afirmar sempre “meu teto é o céu” (poema do Mc Don). A presença constante de elementos do (i)mobiliário urbano, do espaço público, revestimentos de piso, vegetação, grades, placas de rua, meios-fios, carros, remetem aos agenciamentos nos quais estes corpos se constroem e apresentam perspectivas inusitadas nos seus modos de fazer ver e de fotografar. Tal corpo da rua atravessa as fotografias e se faz ver através delas, permitindo-nos colocar em questão nossos próprios agenciamentos, nosso modo de constituição dos nossos corpos-máquina na máquina-cidade: o coletivo de pesquisados-pesquisadores da população de rua a tensionar os regimes do possível dos pesquisadores-pesquisados acadêmicos. O gesto do fotografar e o regime de visibilidade da fotografia expressam uma corporeidade articulada de modo complexo e intenso (íntimo) com a cidade e suas ruas, colocando em questão os olhares dos motoristas e moradores a modularem corporeidades onde a intimidade é algo do âmbito privado: casa, celular, cama, sofá, televisão, laptop, cozinha, janela. Colocam em questão um corpo (um campo de possibilidades do afetar e ser afetado) que estranha sentar-se e deitar-se no chão dos espaços públicos, posto que estes são concebidos como territórios das passagens, dos fluxos, da aceleração em fuga dos perigos (Figuras 04 e 05).



Figura 04 - Díptico: O teto é o céu. Fotografias de Marcos Soares (2018).

PORTO ARTE



Revista de Artes Visuais

v.26 n.45
Jan/Jun 2021
e-ISSN: 2179-8001

A performance fotográfica tem também outros agenciamentos: a promoção de novas possibilidades para os encontros dos fotógrafos das ruas com os demais habitantes urbanos. Em uma ocasião o grupo que compõem as oficinas de fotografia estava no Centro de Porto Alegre registrando o característico movimento da Esquina Democrática (como é conhecido popularmente o encontro da Rua dos Andradas com a Avenida Borges de Medeiros). Em um determinado momento o coletivo decide fazer um registro de si próprio, e assim os participantes se reúnem para o enquadramento. Como era necessário que alguém fosse o fotógrafo, um dos participantes se aproxima de um policial militar que estava nos arredores da cena e pede a ele que fizesse o registro. O policial, sem exitar, faz a fotografia. Vemos aqui um importante deslocamento, pois em um Estado marcado por fortes lógicas Necropolíticas (Mbembe, 2016) a faceta das políticas públicas sempre mais próxima à população de rua são a segurança por meio do aparelho policial, prisional e judiciário. Assim, muitos foram os números do Jornal Boca de Rua dedicados às denúncias de maus tratos, violações de direitos e outras violências perpetradas por policiais contra a população de rua. A mesma falta de confiança se estendendo às relações com o judiciário e sistema prisional. No entanto, por meio do agenciamento fotográfico pode ocorrer aqui um encontro raro e improvável, no qual o reconhecimento da população de rua como fotógrafos da rua permitiu um deslocamento no usual estigma que permeia a relação desta população com os agentes de segurança. Evidentemente tal reconhecimento se dá também pela participação da população de rua na autoridade e aceitabilidade presente nas artes, na educação, na universidade como instituições normativas da nossa sociedade: na maioria das vezes espaço de privilégios e privilegiados, a arte pode constituir-se como autoridade que justifica-assimila-dociliza a presença da população de rua no espaço público em um paradoxo próprio das políticas assimilacionistas, no qual finda por reverter constantemente captura em resistência e resistência em captura (Costa, 2018).



Figura 05 - Díptico: A casa é o chão (2). Fotos: Marcos Soares (2018).

A busca por um lugar, no entanto, não aparece aqui como um desejo de obter uma propriedade nos moldes tradicionais: não se trata da sacra circunscrição do privado, mas sim de estabelecer relações com os elementos do espaço acolhendo-os em encontros. Pensar a cidade e suas ruas como lugar segundo o conceito de hospitalidade de Derrida (2000): dar lugar ao outro; a alteridade acima de tudo como princípio

PORTO ARTE



Revista de Artes Visuais

v.26 n.45
Jan/Jun 2021
e-ISSN: 2179-8001

para compreensão e concepção do espaço. O espaço público é um lugar de refúgio para muitos dos que se encontram em situação de rua, transformando aos espaços que para muitos são apenas de passagem em espaço de acolhimento, transformando a hostilidade em hospitalidade. Derrida, pelo conceito de hospitalidade, interroga a amizade quando transforma a hospitalidade em hostilidade, esse limiar que faz do anfitrião ao mesmo tempo um refém do hóspede, em uma situação onde pode haver o desencadeamento de um processo múltiplo de desentendimentos. O filósofo propõe repensar a hospitalidade: para ser hospitaleiro, deve-se partir da existência de uma morada assegurada. Em suas palavras, “talvez unicamente aquele que suporta a experiência da privação de casa pode oferecer a hospitalidade” (Derrida, 2000, p. 23). Vemos aqui a hospitalidade dos fotógrafos da rua para com a cidade e seus mais diversos elementos constituintes: pessoas, pedras, animais, vegetais, calçadas, prédios e tudo mais que constitui essa cidade-máquina e que se articula intimamente com esta corporeidade hospitaleira das ruas mesmo diante das tantas hostilidades, agruras, violências e afins experienciados nestas.

Foto-ensaio na crítica das políticas do viver juntos

A fotografia se constitui como discursividade visual que estabelece sentidos acerca do mundo a partir de características próprias de sua expressividade estética: enquadramento, ângulo, perspectiva, exposição, motivo são alguns dos seus elementos. A fotografia pode ter sua afirmação dividida nas quatro dimensões propostas por Deleuze (1975): referente, significado, manifesto e sentido. O referente é uma dimensão pretensamente denotativa, mas sempre conotativa, na qual a proposição produz uma relação de analogia, representação e/ou *mimesis* com um elemento pretensamente externo ao próprio discurso. A dimensão do significado refere às definições gerais que possam ser articuladas à foto como explicações do que “quer dizer”, nas artes, em geral, são de âmbito interpretativo e simbólico, mas podem também se articular à dimensão do referente na produção de índices, evidências, provas, etc., posto que se trata de uma dimensão abstrata e fortemente inteligível, ligada ao campo da definição de algo. O manifesto refere a voz/olhar que se afirma na expressividade da proposição, a localização, o lugar de fala que se afirma por meio da ação mesma, trata-se do estilo, de uma certa heciedade que é proposta pelo discurso em sua expressão. O sentido, por fim, é a complexa trama rizomática de efeitos, reverberações, contágios, oposições e afins que ocorrem a partir do agenciamento com a proposição discursiva em questão. Assim, ao contrário do significado que é uno e razoavelmente homogêneo, purificado em sua abstração, o sentido é múltiplo, heterogêneo, impossível em sua trama de singularidades em devir no processo de repetição da proposição na escuta-visão (Barthes, 2009) do outro sempre a produzir diferenças. Enquanto as fotografias que buscam uma estilística realista focam no seu processo criativo nas dimensões do referente e do significado, reforçando-as por meio da sua expressão estética, as fotos-ensaio apostam no manifesto e no sentido como principais dimensões nas suas estratégias inventivas. Evidentemente as quatro dimensões sempre estão de algum modo presentes

PORTO ARTE



Revista de Artes Visuais

v.26 n.45
Jan/Jun 2021
e-ISSN: 2179-8001

nas narrativas fotográficas, no entanto, a atenção dada a cada uma das dimensões da afirmação produzem variações que vão do realismo documental ao delírio onírico, sendo este último mais presente nas foto-ensaios e seus processos de provocar o pensamento crítico (Fattoreli, 2003; Costa; Fonseca; Axt, 2014; Machado, 2006; Costa, 2012).

A narrativa crítico-político das foto-ensaios produzidas pelos fotógrafos da rua é constituída a partir de algumas operações poéticas que subvertem-deslocam o motivo-referente tensionando-o a provocar novas possibilidades do olhar e do dizer acerca da cidade e seus cotidianos. A fotografia de ensaio tende ao onírico, ao delírio, a provocar uma dissonância cognitiva em quem cruza o olhar com a imagem, de modo a tensionar seus regimes do visível e do pensável (Costa; Fonseca; Axt, 2014; Machado, 2014; Fattorelli, 2003). Trabalhando com a própria matéria da fotografia a poética ensaística se utiliza da luz, sombras, contrastes, cores, enquadramentos, sobreposições, justaposições, reflexos, proximidade, distância, detalhe, panorama, tempo de exposição, (des) foco, movimento, etc. para provocar uma potencialização na multiplicidade da trama de



Figura 06 - Sobreposições como pensamento fotográfico. Fotografia de Eduardo Machado Batista (2018).

sentidos efetuada pela foto (Figura 06).

No que se refere ao ensaio pelas imagens fotográficas e/ou de vídeo, vemos que soma-se a tal caráter onírico de transformação do referente a utilização de estratégias como a sobreposição, justaposição e a incrustação de imagens (Dubois, 2004; Machado, 2006; Fattoreli; Costa; Fonseca, Axt, 2014). Desta forma, potencializa-se a tensão entre os referentes de modo a multiplicar a produção de sentidos para muito além de significados atrelados a conceitos fechados do que expressaria a fotografia (Figura 07). No caso das fotos aqui analisadas, os motivos em tensão criam um discurso crítico

PORTO ARTE



Revista de Artes Visuais

v.26 n.45
Jan/Jun 2021
e-ISSN: 2179-8001

Figura 07 - Corte e enquadramento como deslocamento-pensamento fotográfico: imagem da pátria. Fotografia de Marcos Soares (2018).



acerca das nossas políticas do viver juntos.

Como sabemos, a rotina de sobrevivência nas ruas envolve a resolução de necessidades básicas, a busca por comida, por trabalhos – como reciclagem, cuidador de carro, dentre outros, ou seja, as pessoas em situação de rua, individual ou coletivamente, criam circuitos, redes de sobrevivência (Escorel, 1999; Pagot, 2012). A violência vivenciada cotidianamente, as redes de relações estabelecidas entre eles, o acesso (ou não) à rede de sobrevivência, as relações deles com os transeuntes e com a comunidade, os locais em que ficam durante o dia e à noite são algumas das características que tornam esse grupo tão específico e tão complexo (Escorel, 1999; Pagot, 2012), o que é de alguma forma problematizado através das fotografias.

A quase onipresença de grades, arames farpados, muros, vidros e afins, colocam em tensão nossas formas de constituir fronteiras urbanas entre as diferenças a partir de afetos como medo e ódio para promover o que consideramos a segurança restrita ao espaço privativo. Vemos, entre outras questões, a problematização da noção de cidadania e pátria ao associá-la visualmente com a de exclusão e violência (figura 03). Do mesmo modo vemos a justaposição crítica de diferentes formas de captura (figura 02): as grades em sua estratégia disciplinar de segmentação espacial (Foucault, 2004) e as imagens e transparências do controle oferecendo imagens para aprisionar os desejos a céu aberto como na sociedade de controle (Deleuze, 1992).

O conceito de “exclusão social”, tão associado à população de rua, é polêmico e carrega consigo múltiplos significados. Não é objetivo aqui adentrar com profundidade nesse debate, mas cabe destacar diferentes formas de olhar para esse fenômeno. Ser-

PORTO ARTE



Revista de Artes Visuais

v.26 n.45
Jan/Jun 2021
e-ISSN: 2179-8001

ge Paugam (2008), ao invés de trabalhar com a noção de exclusão, pensa na pobreza como um processo de desqualificação social, o que empurra as pessoas à esfera da inatividade produtiva e da dependência dos serviços sociais. Castel (1998), por sua vez, prefere a expressão “desafiliação”, através da qual pressupõe uma desestabilização dos estáveis, que acabam se tornando vulneráveis e se instalando na precariedade, em função do déficit de lugares ocupáveis na estrutura social. Sawaia (2008) retoma a dialética inclusão-exclusão, afirmando que, nos processos de globalização, a sociedade exclui para incluir, mantendo sua ordem social desigual, o que gera um efeito ilusório da inclusão. Por fim, com Foucault (2004) podemos conceber que a inclusão nada mais é que um processo de disciplinarização dos excluídos, fazendo parte de um processo de controle social e manutenção da ordem na desigualdade social. Inclusão e exclusão seriam pontos de um mesmo jogo de poder.

A poiética e a poética dos modos de viver juntos: por uma ética do comum

Independente da compreensão, vemos de qualquer modo o divisar de uma operação violenta pela qual dividimos o território em fronteiras de difícil transposição: trauma que instaura o regime do habitar nas cidades moderno-coloniais, nas quais o espaço público é concebido ou como território de domínio e expulsão, ou então, como território de abandono e permissão. Um dia, um dos fotógrafos se aproximou das grades que impedem a entrada no Palácio Piratini, sede do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Curiosamente, vizinho de frente da praça da Matriz e seus muitos e muitas moradores e moradoras que habitam seus canteiros, bancos e escadas. Um dia, um dos fotógrafos da rua logrou transpassar as grades do Palácio Piratini com seu olhar: com a máquina fotográfica enrolada no pulso, espichou os braços e cuidadosamente fê-los passar pelos vãos entre as barras. Com o rosto apertado contra as grades, pegou a máquina digital com as duas mãos e fotografou o lado de lá. Passara os braços por entre as barras de ferro e logo, magicamente, sua câmera pôde fotografar o pátio do prédio histórico para além daquela metálica presença da cisão que faz da transparente concepção de público algo privado e opaco ao olhar de seus cidadãos e cidadãs. A câmera para além das grades e seu corpo, quase todo, permaneceu do lado de fora: interditado. Mas seu olhar entrara. Na foto, restou apenas as sombras das grades projetadas no chão. Em uma marca da memória desta presença e seus interditos implacáveis que cindem o público e o privado de modo desigual e estranho. O público da praça que é dita abandonada e, por isso, de todos, enquanto o Palácio Governamental, segue sendo o público de poucos, como o centro desta mesma cidade fora um dia há muito tempo quando todas e todos para além das normas moderno-coloniais eram expulsos deste território, degredados ou trancafiados (Costa, 2007). A custa de quantas infâmias e assassinatos se estabelecem e se estabeleceram tais fronteiras, nos inquire o olhar do fotógrafo. Com quanta violência se faz um “lar responsável”, nos pergunta outra foto.

Vemos a sobreposição de elementos bucólicos que apontam o fetiche do lar com as grades e sua dura realidade de operarem exclusões, impedimentos e afins dando corpo ao medo das ruas por meio do metal (Figura 08). O humor também se faz presen-

PORTO ARTE



Revista de Artes Visuais

v.26 n.45
Jan/Jun 2021
e-ISSN: 2179-8001

Figura 08 - Díptico:
Sobreposições como
deslocamento-pensamento
fotográfico, grade e lar.
Fotografias de Maria Paula
Teixeira (2018).

te na sobreposição cômica entre o gato doméstico preso na rede de sua janela e o felino livre do grafite da casa: rua e domesticidade se fazem contrapontos nos quais o grafite afirma a estética rueira e seus modos de habitar o urbano colocando em questão a



Figura 09 - Justaposições como
pensamento fotográfico: críticas
das capturas. Fotografias de
Eduardo Machado Batista
(2018).

delimitação dura entre o público e o privado (Figura 09).

Para além do gradear, vemos também a senha delimitada pela possibilidade de agradar aos padrões societários. Lado a lado, e muitas vezes sobrepostas, vemos estratégias disciplinares (Foucault, 2004) por meio de grades e estratégias de controle (Deleuze, 1992) por meio de imagens e transparências aparentemente transponíveis, mas enganosas em decorrência da sua extrema efetividade em manter as distâncias das desigualdades. Na foto vemos, lado a lado, duas portas: a entrada de um antigo edifício com duas grades sobrepostas, e a "convidativa" porta de um salão de beleza

PORTO ARTE



Revista de Artes Visuais

v.26 n.45
Jan/Jun 2021
e-ISSN: 2179-8001

em sua transparência vítrea salpicada por exemplares do padrão de beleza moderno-colonial. O fotógrafo nos apresenta duas versões de uma só operação: a cisão e as estratégias de exclusividade e exclusão. O discurso fotográfico, ao recortar e enquadrar a justaposição presente na paisagem, tensiona nossas concepções de fronteiras, clamando-nos a vê-la para além dos óbvios muros, grades, guaritas e afins.

Portanto, tornamos nesta pesquisa-intervenção o exercício fotográfico como uma possibilidade de experimentação crítica (Foucault, 1990) acerca da vida contemporânea nas cidades com todas as suas contradições, contrastes sociais, exclusões e desigualdades. Para estabelecer uma reflexão crítica da vida nas ruas da cidade, é preciso provocar o desejo de desnaturalizar a realidade (Souza, 2008): ir contra um modelo de automatismo, um processo de tentativa de reiteração do ontem, simplesmente para vencer um medo do amanhã, do desconhecido, daquilo que ainda não foi.

As imagens fotográficas produzidas por este grupo, muitas vezes, em vez de mostrar, podem esconder, negar, apresentando, segundo o pensamento de Didi-Hubermann (2017), o que o olho humano não percebe. A fotografia, antes de mostrar uma imagem, pode representar também um hiato, uma ausência, uma falta, relevando, enfim, um trauma oculto nesses desaparecimentos.

Referências

- BARROS, R. D. B. Grupo e Produção. In: BARROS, R. D. B. et al. (org.). *Saúde e Loucura*, n.4, São Paulo, Hucitec, 1994, p. 145-154.
- BARTHES, R. *O Óbvio e o Obtuso: ensaios críticos III*. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BRASIL. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. *Política Nacional para a População em Situação de Rua*, Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm>. Acesso em: 14 abr. 2020.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social – uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- COSTA, L. A. *Brutas cidades sutis: espaço-tempo da diferença na contemporaneidade*. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós- Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do sul, 2007. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/13404>>. Acesso em 25 out. 2020.
- COSTA, L. A. O fora da arte e a arte do fora: reversões e paradoxos entre cultura e natureza. In: FONSECA, T. M. G.; CAIMI, C.; COSTA, L. A.; SOUZA, E. L. A. *Imagens do Fora: um arquivo da loucura*. Porto Alegre: Sulina, 2018.
- COSTA, L. A. *Desnaturando desmundos: a imagem e a tecnologia para além do exílio no humano*. 2012. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/55684>. Acesso em 20 out. 2020.
- COSTA, L. A.; FONSECA, T. M. G.; AXT, M. A imagem e as ciências humanas: a poética visual como possibilidade de construção do saber. *Educação & Realidade*, Porto

PORTO ARTE



Revista de Artes Visuais

v.26 n.45
Jan/Jun 2021
e-ISSN: 2179-8001

- Alegre, v. 39, n. 4, p. 1153-1168, out./dez. 2014.
- CUNDA, M. *Me chamam de rua, população, uma situação: estudo sobre os habitantes da rua e as políticas da cidade*. 2018. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
- DELEUZE, G. *Lógica do Sentido*. São Paulo: Ed. Perspectiva S.A., 1975.
- DELEUZE, G. *Diferença e repetição*. Ed. Graal, 1988
- DELEUZE, G. Post-scriptum às Sociedades de Controle. In: *Conversações, 1972-1970*. São Paulo: Ed. 34, 1992.
- DELEUZE, G. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O Anti-edipo: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs*, vol. 3. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs*, vol. 5. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997.
- DELEUZE, G.; PARNET, C. *Diálogos*. São Paulo: Escuta, 1998.
- DERRIDA, J. *L'Hospitalité*. Paris: Gallimard, 2000.
- DIDI-HUBERMAN, G. (org.) *Levantes*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2017.
- DUBOIS, P. *Cinema, vídeo, Godard*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
- SCOREL, S. *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.
- ESPINOSA, B. Obras selecionadas. In: *Pensadores*. São Paulo: Abril cultural, 1973.
- FATORELLI, A. *Fotografia e viagem: entre a natureza e o artifício*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- FASC; UFRGS; FAURGS; IFCH/UFRGS. *Cadastro e mundo da população em situação de rua de Porto Alegre/RS, relatório quali quantitativo, contendo o cadastro censitário e o modo de vida cotidiana da população adulta em situação de rua de Porto Alegre*. Contrato entre Fundação de Assistência Social e Cidadania, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, executado pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UFRGS, 2016. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?reg=41&p_secao=120>. Acesso em: 12 abr. 2020.
- FONSECA, T. G.; KIRST, P. G. (org.) *Cartografias e devires: a construção do presente*. Porto Alegre, Editora da Universidade, 2003.
- FONSECA, T. M. G.; COSTA, L. A. Tuta e a Cidade: arquivos domésticos das infâmias urbanas. *Fractal: Revista de Psicologia*, 28(2), 221-230. ago, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922016000200221&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 25 out. 2020
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- FOUCAULT, M. *O que é a Crítica*. Qu'est-ce que la critique? Critique et Aufklärung. Bulletin de la Société française de philosophie, v. 82, n. 2, p. 35-63, avr/juin, 1990. Disponível em: <<http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/critique.html>>. Acesso em 25 out. 2020.
- GONZALES, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: *Revista Ciências Sociais*

PORTO ARTE



Revista de Artes Visuais

v.26 n.45
Jan/Jun 2021
e-ISSN: 2179-8001

Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244

- HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. In: *Cadernos Pagú*, n. 5, p. 07-41. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- KASPER, C. *Habitar a rua*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). 2006. Programa de Doutorado em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- KILOMBA, G. *Memórias da Plantação*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LOURAU, R. Análise Institucional e Práticas de Pesquisa. *Mnemosine*, v. 3, n. 2 Especial: René Lourau e Análise Institucional, p. 7-117, 2007
- MACHADO, A. O filme-ensaio. In: *INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*. XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Belo Horizonte, setembro de 2006.
- MBEMBE, A. Necropolítica. In: *Revista Arte & Ensaio*, n. 32, dezembro. Rio de Janeiro: PPGAV UFRJ, 2016.
- MNPR. Movimento Nacional da População de Rua. *Conhecer para lutar: cartilha para formação política*. 2010. Disponível em: <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/MNPR_Cartilha_Direitos_Conhecer_para_lutar.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2020.
- MONCEAU, G. Implicação, Sobreimplicação e Implicação Profissional. *Fractal: Revista de Psicologia* v.20, n.1, p. 19-26, 2008.
- MORAES, M. Pesquisar-com: política ontológica e deficiência visual. In: MORAES, M.; KASTRUP, V. *Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2010.
- NIETZSCHE, F. Obras incompletas. In: *Os Pensadores*. Nova Cultural: São Paulo, 1999.
- PAGOT, A. M. *O louco, a rua, a comunidade: as relações da cidade com a loucura em situação de rua*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.
- PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2009.
- PAUGAM, S. O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais – uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In: SAWAIA, B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 67-86, 2008
- PAULON, S. M. A análise de implicação como ferramenta na pesquisa-intervenção. *Psicologia e Sociedade*, v. 17, p.16-23, 2005.
- PAULON, S. M. Instituição E Intervenção Institucional: Percurso Conceitual e Percalços Metodológicos. *Mnemosine* (Rio de Janeiro), v. 5, p. 189-226, 2009. Disponível em: <<http://www.mnemosine.com.br/ojs/index.php/mnemosine/article/view/181>>. Acesso em 14 ago. 2020.
- PAULON, S. M.; ROMAGNOLI, R. Pesquisa-intervenção e cartografia: melindres e meandros metodológicos. In: *Estudos e Pesquisas em Psicologia* (Online), n.10, p. 85-102, 2010. Disponível em: <<http://www.revispsi.uerj.br/v10n1/artigos/pdf/v10n1a07.pdf>>. Acesso em 20 out. 2020.

PORTO ARTE



Revista de Artes Visuais

v.26 n.45
Jan/Jun 2021
e-ISSN: 2179-8001

- PEIXOTO, N. B. Ver o invisível: a ética das imagens. In: NOVAES, Adauto (org). *Ética*. São Paulo: Ed. Companhia das letras, 1992.
- RODRIGUES, H.B.C. À beira da brecha: uma história da Análise Institucional francesa nos anos 60. In: AMARANTE, P. (org.). *Ensaio: subjetividade, saúde mental, sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.
- ROLNIK, S. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: UFRGS, 2011.
- SAWAIA, B. (2008). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 97-118, 2008.
- SCHUCH, P.; GEHLEN, I. A "situação de rua" para além de determinismos: explorações conceituais. In: DORNELLES, A. E.; OBST, J.; SILVA, M. B. (Orgs.). *A Rua em Movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre*. Belo Horizonte, MG: Didática Editora do Brasil; Porto Alegre, RS: Fundação de Assistência Social e Cidadania, p. 11-26, 2012.
- SENNETT, R. *Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- SOUZA, E. A burocratização do amanhã: utopia e ato criativo. In: *Porto Arte: Revista de Artes Visuais*. v. 14, n. 24. Porto Alegre: PPGAV UFRGS, 2008.
- VIRILIO, P. *Espaço crítico*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- TISSERON, S. *Le mystère de la chambre claire: photographie y inconscient*. Paris: Les Belles Lettres/Archimbaud, 1996
- VARGAS, B.; ROCHA, P. Porto Alegre tem alteração no perfil de moradores de rua. Porto Alegre: *Jornal Zero Hora*, 2015. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/porto-alegre/noticia/2015/01/porto-alegre-tem-alteracao-no-perfil-de-moradores-de-rua-4687878.html>>. Acesso em: 27 ago. 2020.



Luis Artur Costa

Docente do Departamento de Psicologia Social e Institucional no Instituto de Psicologia e do PPGPSI UFRGS. Integrante do NUCOGS/ PPGPSI.

Daniela Mendes Cidade

Graduada em Artes Visuais (IA/UFRGS) e Arquitetura e Urbanismo (UNIRITTER), Mestre e Doutora em Arquitetura (PROPAR/UFRGS), Professora do Departamento de Arquitetura da Faculdade de Arquitetura (UFRGS), Pesquisadora e Extensionista na inteseccção das áreas Artes Visuais, Fotografia e Urbanismo.

Simone Mainieri Paulon

Psicóloga, Dra. doutorado em Psicologia Clínica (PUC-SP) com pós-doutorado UFRN/UNI-BO- Università di Bologna. Professora Associada no PPG de Psicologia Social da UFRGS e PPG de Psicologia Institucional da UFES. Coordenadora do grupo INTERVIRES Pesquisa-Intervenção em Políticas Públicas, Saúde Mental e Cuidado em Rede.

Moises Romanini

Doutor em Psicologia Social e Institucional (UFRGS), Professor Adjunto do Departamento de Psicologia Social e Institucional da UFRGS e atua na Coordenação do Grupo INTERVIRES: Pesquisa-Intervenção em Política Públicas, Saúde Mental e Cuidado em Rede.

Diogo Vaz da Silva Júnior

Fotógrafo e realizador audiovisual. Especialista em Saúde Coletiva pelo Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Coletiva (UFRGS, 2017) e Mestre em Planejamento Urbano e Regional (UFRGS, 2020).

Guido Norberto Buch Ruschel

Graduando em Psicologia (UFRGS). Bolsista de Iniciação Científica no projeto de pesquisa EXPERIÊNCIAS URBANAS E PRODUÇÃO DO COMUM: modos de vida e invenção das cidades em tempos de resistência; vinculado ao grupo de pesquisa INTERVIRES - Pesquisa-Intervenção em Saúde Mental, Políticas Públicas e Cuidado em Rede.